

HEGEMONIA AMERICANA E A IMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA: IMPERIALISMO DEMOCRÁTICO

Frederick Mario Mason¹

RESUMO:

Os neoconservadores subestimaram a importância do multilateralismo cooperativo na tentativa de democratizar o Iraque. A essência da democracia implica autodeterminação dos povos, e não a sua imposição. A própria expressão “imperialismo democrático” nega o ideal democrático.

A democracia só pode prosperar num ambiente com a cultura propícia para tanto. No Iraque, as tradições, culturas, valores e histórias não permitem que o regime seja democrático, com ou sem o “auxílio” de forças externas. Em resumo, a democracia não pode, e não deve ser imposta, como bem demonstra a situação no Iraque de hoje.

PALAVRAS CHAVE: Neoconservadores; democracia; imposição; Iraque; cultura; regime; etnias; imperialismo democrático; guerra.

ABSTRACT:

The neoconservatives underestimated the importance of multilateral cooperation in the attempt to make Iraq a democratic country. The essence of democracy implies self-determination of its people, and not its imposition. The expression itself “democratic imperialism” denies the very concept of democracy.

Democracy can only prosper in an environment with a culture appropriate for its existence. In Iraq, the traditions, cultures, values and histories do not allow that the regime be democratic, with or without foreign “assistance”. In summary, democracy cannot, and should not be imposed, as the present situation in Iraq so clearly shows.

KEYWORDS: Neoconservatives; democracy; imposition; Iraq; culture; regime; ethnicities; democratic imperialism; war.

¹ Frederick Mario Mason é advogado, mestre em Direito Comparado (LL.M) pela New York University School of Law, professor de Direito Americano/Comparado e aluno do Curso de Mestrado em Direito Internacional Econômico na Universidade Católica de Brasília.

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Neoconservadores**
- 3. Democracia e cultura**
- 4. Imperialismo democrático**
- 5. A democracia imposta no Iraque**
- 6. Conclusões**
- 7. Referências**

1. Introdução

É possível que a democracia seja imposta? Esse artigo pretende responder a essa indagação, sobretudo analisando a política recente de Washington no Oriente Médio. Será necessário antes, porém, apresentar uma breve explicação histórica das políticas externas americanas.

Pode-se dizer que houve os seguintes momentos históricos na política externa americana: o “Hamiltoniano”, “Jacksoniano” e “Wilsoniano”. O movimento “Hamiltoniano” é uma prática de “equilíbrio de poder”, adotado no início da República americana, por Alexander Hamilton, cuja preocupação era de garantir que os Estados Unidos não fossem destruídos pelo poder militar das monarquias européias. O “Jacksoniano”, em homenagem ao Presidente Andrew Jackson, era de isolamento, presente no século XIX e parte do século XX, sendo fruto do desenvolvimento da confiança e segurança norte-americanas e o relativo isolamento geográfico das guerras da Europa. O último, o “Wilsoniano”, originou-se com o Presidente Woodrow Wilson, e tem sido a influência maior na política externa americana desde a Segunda Guerra

Mundial. Seu objetivo é de garantir que os ideais democráticos americanos sejam também do mundo.

O discurso do Presidente George W. Bush pode ser classificado como “neowilsoniano”. Realmente, o presidente americano inova ao adotar a política “Wilsoniana”, preferindo uma forma radical, onde defende uma doutrina unilateral, a predominância militar e a guerra preventiva. Seu governo é contrário aos compromissos multilaterais, se, na sua visão, comprometer a sua hegemonia. John Bolton, diplomata americano, assevera que “... se quisesse refletir o verdadeiro equilíbrio do poder internacional, o Conselho de Segurança da ONU deveria ter um único membro: os Estados Unidos”.²

2. Neoconservadores

A política de Bush está fundamentada, também, no pensamento neoconservador. No fim da Segunda Guerra Mundial, os chamados neoconservadores arquitetaram o que viria a ser uma nova política externa americana. Em linhas simples, consiste em não admitir, sob qualquer forma, que a hegemonia e a liberdade americana sejam ameaçadas. Para os neoconservadores, era justificável mudar regimes, mesmo à força, sempre que houvesse uma ameaça à supremacia americana. A democracia seria um bem absoluto, tendo os Estados Unidos a obrigação de garantir que qualquer regime distinto seja aniquilado. Sobre o pensamento de neoconservador Leo Strauss, explica Mary Wakefield, editora assistente do Spectator: “Strauss era um campeão da ‘nobre mentira’ – a idéia de quem é praticamente um dever

² HARDY, Alfredo Toro. **O regime democrático pode ser imposto? Diplomacia, Estratégia e política.** Abril/Junho, 2005, p. 179.

mentir às massas, porque só uma pequena elite tem a inteligência suficiente para conhecer a verdade”³. Para Strauss, “os políticos devem dissimular seus pontos de vista por duas razões: para não ofender os sentimentos das pessoas e para proteger as elites de possíveis represálias”.⁴

Além dessas influências, o Partido Republicano começou a receber apoio maciço a partir de 1980 do chamado “Cinturão da Bíblia” (Bible Belt), do sul dos Estados Unidos. Os Republicanos começaram a se inclinar mais ainda para a direita, incorporando ideais evangélicos. Desse movimento, formou-se a “Direita Cristã”, que posteriormente estabeleceu alianças com intelectuais judeus, como Don Feder, Dennis Prager, Michael Medved e Paul Weyrich, um dos responsáveis pela “Maioria Moral” (Moral Majority), parte da Direita Cristã do Partido Republicano. Alguns desses fundamentalistas cristãos enxergam a luta entre os israelenses e palestinos como o “Armagedon”.⁵ Hoje os neoconservadores de Washington são grandes aliados da direita israelense. Analisando essas alianças, assevera Steve Bradshaw, comentarista inglês, citado por Manuel Cambeses Júnior: “Temos encontrado um tema recorrente nas conversações dos círculos políticos de Washington. Observa-se, claramente, que os neoconservadores são fortemente tendenciosos e desejam

³ Ibidem, p. 181-182.

⁴ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 182.

⁵ CAMBUSES, Manuel Júnior. **Israel e a administração Bush**, www.mre.gov.br/portugues/noticiario/selecao-detalle.asp?ID_RESEN, p.1. Acesso em 2 de junho de 2007.

colocar abaixo diversos regimes no Oriente Médio, com a intenção de impor a democracia e de ajudar Israel...”⁶

Há uma prepotência incomensurável na política neoconservadora porque pressupõe que seja obrigação dos Estados Unidos disseminarem os princípios democráticos em todo o mundo, mesmo à força, como a atual política americana tem demonstrado.

Henry Kissinger entende que os Estados Unidos ficarão fisicamente e moralmente exaustos se não abandonarem a política intervencionista, tanto para acabar com atrocidades cometidas por outros países como para impor os valores e princípios americanos. O ex-Secretário de Defesa americano explica que: “Os Estados Unidos esgotarão seus recursos psicológicos e materiais se não aprender a distinguir entre o que tem de fazer, gostaria de fazer e o que está além das suas capacidades”⁷. Em outras palavras, Kissinger pensa que nem sempre será possível impor princípios democráticos aos outros, mesmo que a intenção seja nobre. O caso do Iraque é um exemplo recente da impossibilidade de os Estados Unidos determinarem ao Iraque um novo regime verdadeiramente democrático.

É certo que Kissinger defende os interesses americanos, mas ele também acredita que o comércio livre e o desenvolvimento científico são bens universais, e não somente interesses americanos. Esse pensamento reflete o que Washington não consegue conceber: que seus valores não são sempre perseguidos pelos outros. Não obstante esse egocentrismo, Kissinger prefere

⁶Ibidem, p.1. Acesso em 2 de junho de 2007.

⁷ KISSINGER, Henry. **Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century**. Simon and Schuster, 2001, New York, NY, (Tradução livre), p. 258.

que os Estados Unidos exerçam um papel de liderança, e não um de império.

Sobre o assunto, textualiza:

O caminho ao império resulta em decadência doméstica porque, com o tempo, a onipotência destrói o próprio invasor. Nenhum império evitou o caminho ao Cesarismo senão devolvendo seu poder antes da sua ruína, como fez o império britânico.⁸

Ainda há tempo de os Estados Unidos reconhecerem que a sua política no Iraque fracassou, e se retirar daquele país antes de perder ainda mais poder. Realmente, medidas Wilsonianas em excesso transformam os Estados Unidos numa espécie de xerife do mundo. A consequência natural disso é que o mundo, para se proteger, se esforça no sentido de tentar isolá-lo, enfraquecê-lo. Assim, ao invés de aumentar seu poder, os Estados Unidos estão caminhando no sentido contrário.

3. Democracia e cultura

Ao analisar a política de poder mundial, o que leva alguns países a serem democráticos e outros não? Trata-se de uma pergunta complexa que só encontrará resposta ao analisar as condições históricas, culturais e econômicas de cada país. Às vezes a história concede aos países uma cultura política propícia à democracia, e às vezes as condições favorecem um governo autoritário. O Presidente Vladimir Putin, por exemplo, tem sido criticado por Washington por ser autoritário. Mas parece que esse autoritarismo se faz necessário diante de uma situação que exige a imposição urgente de ordem. Nenhum país, por mais poderoso ou influente que seja, pode manipular a base histórica, cultural e econômica de outro a fim de criar condições adequadas à

⁸ Ibidem, p. 286.

instalação de uma democracia. Nas verdadeiras democracias, é a memória dos povos, com seus valores éticos, culturais e históricos que se impõem.

Há diversas formas de democracia, e não só a americana. Essa afirmação é óbvia mas importante, pois afirmar o contrário seria autorizar uma “ditadura democrática americana”, algo evidentemente antidemocrático. Sabemos que a base da democracia reside no poder que vem do povo.

Assim, conforme Raymond Aron,

Repetimos sempre que o poder vem do povo, e que no povo reside a soberania. Sendo assim, o que importa antes de tudo é a modalidade institucional que permite traduzir melhor o princípio democrático.⁹

A democracia americana, por exemplo, está intimamente ligada ao capitalismo e a própria história econômica daquele país. Querer exportar a democracia, tal como praticada nos Estados Unidos é uma tarefa impossível, e Washington pretende não só implementar a democracia no Iraque, mas aposta num futuro efeito dominó, onde a democracia seria também o regime de outros países islâmicos.

A democracia implica participação ativa nos assuntos do governo, e se nos países onde a democracia é consolidada já é difícil que os cidadãos exerçam influência sobre questões de política externa, em países muçulmanos seria uma missão praticamente impossível. Até em organizações internacionais, a prática tem ditado que só os membros mais fortes é que efetivamente têm voz. Na União Européia, por exemplo, as decisões importantes são de fato tomadas entre os países de elite. A “democracia”,

⁹ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 189.

nesse caso, tem apenas um papel burocrático, impondo-se a vontade da elite.¹⁰ Se assim é na Europa, a participação efetiva do povo nas democracias impostas seria também apenas simbólica, desnaturando por conseqüência a democracia.

Em todos os arranjos políticos que se organizou, visando instalar uma democracia nos países onde a questão étnica era fator nuclear, não se conseguiu criar estabilidade suficiente que permitisse a criação de um regime democrático. Líbano, Sri Lanka e Nigéria são apenas alguns exemplos, sendo que a conseqüência nesses países não foi a implementação da democracia, mas de governos autoritários ou de guerras civis. Iraque é um país marcado por lutas e divergências étnicas, impossibilitando o nascimento de um verdadeiro regime democrático. Ademais, a imposição da democracia atenta contra a autodeterminação do país invadido. Hoje, a soberania é uma afirmação do direito internacional positivo. Diz a Carta da ONU, por exemplo, em seu art. 2, §1, que a organização “é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”.¹¹ A Carta da OEA, por sua vez, estatui, no art. 3, f, que “a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados”.¹² O Iraque não teve seu direito internacional de soberania respeitado com a invasão americana no seu país, e a conseqüência disso não foi o nascimento de uma democracia, mas sim o caos.

¹⁰ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Editora UnB, Brasília, 2001, p. 129.

¹¹ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. Ed. Saraiva, 2007, São Paulo, SP, p. 224-225.

¹² Ibidem, p. 225.

É sempre bom lembrar que as diferenças culturais nunca podem ser menosprezadas na elaboração de uma política internacional. No ocidente, por exemplo, a liberdade individual é de importância suprema, e erra quem supõe que assim seja em todos os lugares do mundo, ou até quem acredita que esse é um ideal almejado por todos. No Oriente, por exemplo, o pensamento não-liberal é predominante, tendo a solidariedade como um ideal a ser seguido.

Leciona Michael Mandelbaum sobre esse assunto:

Tanto a cultura política islâmica do Oriente Médio como a cultura política confuciana do Leste da Ásia contêm elementos não-liberais. Eles enfatizam a coesão e a solidariedade mais do que a liberdade individual e o livre debate, e privilegiam a aplicação da ortodoxia. Por outro lado, o mandatário é mais um pai autoritário, um chefe de família, do que um concidadão escolhido pelo seu povo para desempenhar certos deveres limitados. Tanto na tradição islâmica como na confuciana, os cidadãos podem fazer pedidos ao seu mandatário, mas não os elegem. Os mandatários estão obrigados, por um compromisso moral, a conduzir-se corretamente, mas não há limitações constitucionais ao seu poder. Na Idade Moderna, tanto o Oriente Médio como a China consideram os países liberais do Ocidente como perigosos, agressivos, invasivos, adversários – razão pela qual se inclinam a resistir aos valores políticos do Ocidente, como parte da sua luta contra o domínio ocidental.¹³

Samuel Huntington visualiza um mundo com uma única superpotência – os Estados Unidos – e diversas outras potências “altamente significativas”.¹⁴ Assim, o sistema atual comporta ao mesmo tempo um sistema unipolar e um sistema multipolar. Os Estados Unidos se esforçam para criar um mundo cada vez mais unipolar, enquanto as outras potências buscam fortalecer um sistema multipolar. Não obstante esses dois sistemas coexistirem, os Estados Unidos agem como se o mundo fosse apenas unipolar. Um exemplo desse

¹³ MANDELBAUM, Michael. **The Ideas that Conquered the World**. New York, NY, Public Affairs, 2003, p. 253-254.

¹⁴ HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 13.

pensamento é a tentativa de impor os seus valores e princípios aos demais países, acreditando tratar-se de valores universais. A sua missão seria de promover os valores que eles estabeleceram como universais, pressionando assim que os outros respeitem os direitos humanos, a democracia, etc.

Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos buscam aumentar a sua hegemonia, acabam se isolando. A guerra do Iraque demonstrou isso claramente, tendo os Estados Unidos como aliado somente a Inglaterra. Ao exercer a sua hegemonia, os Estados Unidos são vistos como intervencionistas, hipócritas e unilateralistas. São, ainda, vistos como a “única e principal ameaça a suas sociedades”,¹⁵ Huntington entende ainda que o poder e a cultura tendem a interagir, durante os próximos anos, “para estabelecer padrões de aliança e antagonismo entre os Estados”.¹⁶ De fato, a relação entre o poder e a cultura fica cada vez mais estreita, como é possível observar no mundo contemporâneo.

No contexto internacional, especificamente, as diferenças culturais ficam evidentes e relevantes. Sobre a relação poder/cultura, o ressurgimento islâmico pode ser compreendido como a modernização das sociedades islâmicas e uma reação à ocidentalização dessas sociedades. As pessoas se voltam para o islamismo para buscar “identidade, estabilidade, legitimidade, desenvolvimento, poder e esperança”.¹⁷ Trata-se de um movimento que visa encontrar soluções para seus problemas econômicos e sociais, baseado no

¹⁵ HUNTINGTON, Samuel, op.cit., p. 18.

¹⁶ Ibidem, p.20.

¹⁷ Ibidem, p.135.

islamismo e não nas ideologias ocidentais. Huntington faz um paralelo desse movimento com a Reforma Protestante, no sentido de que ambos “pregam o trabalho, a ordem e a disciplina e atraem as pessoas da classe média emergente e dinâmica”.¹⁸ Esse movimento surgiu com mais força naqueles países que buscavam eliminar qualquer forma de oposição a seus governos, geralmente autoritários, como o Iraque e a Arábia Saudita. O fundamentalismo islâmico é o islamismo político, uma reação ao secularismo, que passa a ser visto como instituto separado da filosofia islâmica. Esse pensamento é bem diferente do ocidental, que prega a separação entre a Igreja e o Estado.

Um dos efeitos benéficos da guerra no Iraque, segundo Washington, seria a chance concedida aos iraquianos para implementar um regime mais democrático e humanitário. Para Kissinger, a intervenção humanitária e o interesse nacional só se sustentam se: 1) o princípio for aplicado universalmente; 2) receber apoio da maioria (dos americanos); 3) a comunidade internacional também for favorável; e 4) tiver relação com o contexto histórico do país invadido.¹⁹ Todas essas condições, ensina Kissinger, são relevantes para que possa existir a chamada “estratégia de êxito”, o que determina se o país invasor está arquitetando um problema temporário ou permanente. No caso do Iraque, fica cada vez mais claro que o problema é permanente. Se a política intervencionista não é aceita universalmente, o resto do mundo perceberá que se trata de um ato arbitrário e hipócrita. Se a intervenção não levar em consideração o contexto histórico e cultural do país

¹⁸ Ibidem, p. 136.

¹⁹ KISSINGER, Henry, op.cit., p.256.

invadido, a intervenção fracassará em razão de obstáculos e barreiras locais ou exigir uma mobilização de poder incompatível com o consenso doméstico americano.

4. Imperialismo democrático

O contexto histórico analisado nos mostra que, embora as relações entre Irã e os Estados Unidos nunca foram fáceis, havia sinais de que poderia haver progresso no final da última década. Infelizmente, em 2002, os assessores de Bush incluíram a expressão “eixo do mal” num discurso que Bush apresentou ao Congresso, referindo-se a certos países, Irã inclusive. Depois desse discurso, a mídia internacional passou a designar o Irã como o “ente do mal”. No mínimo, não se trata da maneira mais inteligente de se fazer política internacional.

Numa pesquisa recente, quando perguntado sobre o papel dos Estados Unidos no cenário internacional, a maioria dos países consultados disse acreditar que a China agiria com mais responsabilidade de que os Estados Unidos.²⁰ É irônico que uma ex-ditadura Leninista consegue mais apoio de que a democracia mais respeitada do planeta. Os Estados Unidos ainda são respeitados pelo seu sistema de governo e pela sua democracia, mas também são vistos como excessivamente arrogantes e insensíveis. A imposição da democracia a qualquer preço mostra que os Estados Unidos pararam de ouvir o resto do mundo.

²⁰ ZAKARIA, Fareed. *Newsweek, International Edition*, 25 de junho de 2007, p. 17-20.

Infere-se que é muito difícil que a democracia prospere num país sujeito à intervenção de outro Estado, ainda mais quando se trata de um país com tendências imperialistas. Se os Estados Unidos realmente estão preocupados em exportar a democracia, fica difícil explicar a intervenção americana em vários países latino-americanos onde atuou diversas vezes contra governos popularmente eleitos, muitas vezes para proteger interesses de empresas americanas. Em 1964, por exemplo, os Estados Unidos derrubaram um presidente eleito democraticamente, da Guatemala, Jacopo Arbenz, por possuir tendências esquerdistas.²¹

Sobre esse assunto, nos últimos anos, os Estados Unidos invadiram dois países e mandaram tropas da Somália às Filipinas para resistir aos militantes islâmicos, tudo em nome da “democracia”. O orçamento de defesa aumentou em US\$187 bilhões, mais que o orçamento de defesa da China, Rússia, Índia e Grã-Bretanha juntos. O governo americano construiu prisões secretas na Europa e ainda defende Guantánamo, tudo para “interrogar” prisioneiros e para fazer o mundo um lugar mais “democrático”.²²

Unilateralmente os Estados Unidos invadiram o Iraque, contrariando deliberação da ONU. Antes da invasão, inspetores imparciais atestaram que o Iraque não possuía armas de destruição, como alegado pelos americanos, e mesmo depois da invasão americana, as supostas armas de destruição não foram encontradas. Dificilmente se pode argumentar que os Estados Unidos

²¹ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília, Editora UnB, 2001, p. 163.

²² ZAKARIA, Fareed, op.cit., p. 17-20.

realmente pensavam encontrar as armas naquele país, ante todas as evidências em contrário da sua existência.

Após a invasão americana no Iraque, Bush argumentou que, com a democracia instalada naquele país, o Iraque seria um modelo para os países árabes. Haveria um efeito dominó democrático, começando com o Iraque, para depois atingir outros países árabes. Na verdade, o Iraque está em ruínas. Um dos iraquianos que ajudou os americanos a derrubar a estátua de Saddam Hussein disse que era difícil admitir, mas a vida durante a ditadura de Saddam era melhor para ele do que pós-Saddam.

Não se pode afirmar peremptoriamente que a democracia é preferida por todos os povos. Em boa parte do Oriente Médio, por exemplo, a população prefere o islamismo. No Egito, por exemplo, a oposição com opção de poder é a Irmandade; na Palestina, Hamas; e no Líbano, o Hezbollah. Esses movimentos todos são vistos como terroristas nos Estados Unidos.

Defende o Financial Times:

A democracia é complicada em qualquer parte, mas no Oriente Médio é muito mais complicada. O Iraque, por exemplo, ao dar o poder à maioria xiita, pôs em movimento um processo telúrico, encorajando-a no meio de uma região sobressaltada. Em Washington, alguns setores já começaram a refletir o pânico dos seus clientes árabes sunitas. Na Palestina e no Líbano, assim como no Iraque, as eleições favorecem os partidos islamitas como Hamas, Hezbollah e Da'wa. As variedades islamitas teriam êxito também em outras partes: os tiranos só deixaram aos seus opositores um único lugar de encontro: as mesquitas”.²³

As estratégias unilaterais e beligerantes que o governo americano tem adotado para obrigar países a se tornarem democráticos falharam. Mesmo nos casos onde os Estados Unidos tentaram implodir regimes antidemocráticos,

²³ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 189.

utilizando-se de sanções econômicas, não obtiveram êxito. Cuba é um perfeito exemplo. Em 1959, Fidel Castro e seus companheiros conseguiram conquistar o poder, obrigando Batista a fugir do país. Como os norte-americanos se sentiram prejudicados com o novo regime de Castro, deixaram de comprar produtos de Cuba, principalmente açúcar. A reação cubana foi de vender açúcar para países comunistas, e como consequência, os Estados Unidos decidiram romper relações diplomáticas com Fidel Castro. Desde então, Washington tem tentado isolar Cuba, mas sem sucesso. Passados 48 anos, Cuba continua comunista, e as medidas econômicas impostas por Washington não logram êxito no sentido de “democratizar” Cuba. Fidel Castro morrerá como sendo o presidente que mais tempo ficou no poder que qualquer outro na história.

Com exceção dos Estados Unidos e a Inglaterra, poucos líderes mundiais acham que a democracia pode ser exportada com sucesso. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em 2005, abriu a Cúpula Internacional sobre Democracia, Terrorismo e Segurança, em Madri, com um discurso contra a guerra preventiva, dizendo que: “A democracia não pode ser imposta de cima ou de fora. São os povos que promovem e defendem a democracia; não assumem o papel de vítimas passivas”.²⁴

5. A democracia imposta no Iraque

Quando os Estados Unidos foram vitoriosos militarmente no Iraque, não imaginaram que o pós-guerra seria marcado por conflitos intermináveis e

²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/03/050308_fernandohenriquebg.sh. Acesso em 5 de junho de 2007.

aparentemente insolúveis. Os Estados Unidos e a Inglaterra imaginaram que a democracia seria o resultado lógico da vitória militar. O problema é que nem sempre outros países querem, ou possuem condições reais de sustentar um regime democrático, mesmo com o auxílio dos Estados Unidos. De ponto de vista diplomático, a primeira coisa que o governo americano teria de fazer é reconhecer que a sua missão no Iraque não obteve êxito. A Senadora Hillary Clinton, num discurso recente, disse que a intervenção militar no Iraque foi um sucesso, culpando os iraquianos pela incapacidade de se organizarem democraticamente. Essa afirmação, ao defender os Estados Unidos, critica os iraquianos e, sem querer, também ataca o governo americano por ter julgado mal a possibilidade de um regime democrático legítimo iraquiano nascer. O fato é que a “boa intenção” de Washington de impor um modelo democrático ao Iraque não logrou êxito, e nem poderia.

No que se refere ao processo democrático iraquiano, em 30 de janeiro de 2005 foram realizadas eleições no Iraque para eleger uma assembléia constituinte com o intuito de elaborar uma constituição federal. A maioria dos partidos é de orientação xiita, e os sunitas não participaram das eleições, consideradas por eles ilegítimas. No dia do pleito, as abstenções foram altas, em torno de 45%. Em algumas regiões a abstenção chegou perto de 100%, e estima-se que mais de 40 pessoas foram mortas no dia da eleição em razão de focos de resistência.²⁵

A democracia é fruto de um processo longo de amadurecimento do cidadão e do entendimento comum sobre o tipo de sociedade que se pretende

²⁵ D'ANGELIS, Andrei Bittencourt. **Legitimidade da democracia iraquiana**. Verbojurídico, p. 3.

avancar. Contraditoriamente, as eleições no Iraque provaram que o modelo democrático está longe de ser alcançado. Exemplificando, não houve campanha eleitoral, propaganda na TV e nos rádios e debates, e aqueles que eram contrários à ocupação americana foram proibidos de concorrer. Na verdade, nada que se assemelhasse à democracia caracterizou o nascimento dessa “nova” nação.

Para o governo norte-americano, o conceito de oposição é inerente a qualquer democracia. No caso do Iraque, porém, quando a assembléia nacional constituinte foi convocada, a oposição não foi tolerada pelos americanos. Os iraquianos favoráveis à ocupação norte-americana no Iraque receberam apoio do governo americano para democratizar o país, mas aqueles que eram desfavoráveis à ocupação não foram tolerados pelos Estados Unidos.

A grande preocupação após a guerra era de elaborar uma Constituição iraquiana que fosse democrática. Os conflitos étnicos, porém, são tão complexos e intrincados que foi um processo extremamente difícil chegar a um acordo. Explicam Raula Khalaf e Steve Negus que:

Os resultados sugerem que os iraquianos votaram principalmente de acordo com linhas étnicas e sectárias, agrupando-se em partidos religiosos xiitas e curdos, deixando para trás os partidos nacionalistas e multiétnicos. A marginalização das minorias sunitas é o principal dilema enfrentado pela Assembléia Nacional, encarregada de eleger o próximo governo e de preparar a Constituição permanente do Iraque.²⁶

²⁶ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 186-187.

Em outras palavras, o Iraque simplesmente não está preparado para a democracia. A questão étnica e religiosa é tão marcante no Iraque que uma verdadeira democracia naquele país é algo bem distante.

Um editorial da mesma revista diz o seguinte: “A Assembléia Constituinte eleita no dia 30 de janeiro foi juramentada, mas os dois grandes blocos que a compõem – uma ‘lista xiita’ vitoriosa e os curdos – ainda não chegaram a um acordo sobre a formação de um governo provisório. A razão fundamental disso é “Kirkuk”, um microcosmo formado por quase todas as etnias, religiões, tribos, tensões e agrupamentos que ameaçam combinar-se e explodir, destruindo assim o futuro do Iraque”²⁷.

O poder constituinte originário é sempre inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado, mas esse poder foi, na verdade, imposto pela intervenção americana quando outorgou uma constituição transitória e depois convocou uma nova assembléia constituinte. Os limites do poder constituinte originário devem sempre emanar do povo, sob pena de a constituição não ser legítima. E por mais que o governo norte-americano alegue que a Constituição iraquiana é legítima, não é possível refutar o fato de que seja um reflexo dos interesses americanos.

A constituição de um país reflete sua cultura e história, não sendo legítima que a lei mais importante de uma nação seja um reflexo de interesses de outros países. Os fatos revelam que uma das únicas vitórias dos iraquianos na elaboração da sua constituição foi o reconhecimento do Islã como religião oficial. Nesse contexto, Ferdinand Lassalle ressalta que:

²⁷ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 187.

[...] de nada servirá o que se escrever numa folha de papel, se não se justifica pelos fatos reais e efetivos do poder. Os problemas constitucionais não são problemas de direito, mas de poder, a verdadeira constituição de um país somente tem por base os fatores reais e efetivos do poder que naquele país reagem, e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que exprimam fielmente os fatores do poder que imperam na realidade social.²⁸

Existem três formas de legitimação do poder, segundo Max Weber: o de caráter racional, carismático e tradicional²⁹. Aplicar-se-ia o primeiro ao Iraque, mas desde que houvesse havido eleições legítimas e estruturadas, podendo delas participar aqueles contrários à ocupação americana.

É importante lembrar que democracia e regime de mercado não podem se confundir. Na verdade, percebe-se que o ideal da democracia, às vezes, é um argumento político usado pelos Estados Unidos para impor o que realmente é desejado: o fortalecimento do capitalismo. Na ditadura do General Pinochet, por exemplo, o modelo econômico no Chile teve grande influência da Escola de Chicago.

Sobre os motivos do conflito com Iraque, disse William Kristol, um dos neoconservadores que defenderam a guerra no Iraque:

Trata-se de uma guerra que pretende mudar a cultura política de todo o Oriente Médio. Depois de 11 de setembro de 2001, os norte-americanos olharam ao seu redor e vislumbraram um mundo que não se assemelha ao que haviam idealizado. O planeta converteu-se em lugar perigoso, e, como tal, encontramos a razão pela qual os estadunidenses buscam uma doutrina que lhes proporcionem maior segurança, daí enveredaram pelo tortuoso caminho do unilateralismo.³⁰

²⁸ LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**, 5ª Ed., Rio de Janeiro. Líber Júris, 2000.

²⁹ WEBER, Max. **Ciências e Política – duas vocações**, São Paulo: Cultrix, 1967.

³⁰ **O Impossível Mundo Unipolar**. <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/reflexao3/pg31.html>. Acesso em 18 de junho de 2007.

Às vezes é necessário que ao “poder duro” seja posto em ação, com o uso de força militar. Mas sem o uso de posterior “poder brando”, não se pode esperar que os resultados se sustentem. É impossível, por mais força bélica que os Estados Unidos possuem, manter a hegemonia em todo o mundo, especialmente em regiões com culturas e tradições tão diferentes como é o caso do mundo islâmico.

Assim como Kennedy escolheu o Vietnã como alvo para enfrentar a ameaça do comunismo, os neoconservadores da administração de George W. Bush escolheram o Iraque para enfrentar a ameaça do Islamismo. O neoconservador israelense Natan Sharansky é uma das mais influentes figuras junto à Casa Branca. Comentando o pensamento desse neoconservador, o “The Economist” explicou: “A mensagem de Sr. Sharansky se resume a três pontos. Primeiro, a Realpolitik está em bancarrota. Os Estados Unidos não podem continuar alimentando regimes tiranos, com a exportação do ódio ao estrangeiro. Em segundo lugar, a democracia é o melhor seguro contra a agressão. Em terceiro lugar, o mundo realmente está dividido entre o Bem o Mal. O Sr. Sharansky só vê o mundo em branco e negro – o Bem contra o Mal, as sociedades livres versus as ‘sociedades vilãs’, com um grupo de ‘realistas’ indecisos entre os dois extremos”.³¹

Se o islamismo um dia se instalar nos governos por via de eleição, seria interessante ver a reação de Washington. Afinal, como os Estados Unidos poderiam, nesse caso, negar o caráter democrático de tal governo?

³¹ HARDY, Alfredo Toro, op.cit., p. 184.

6. Conclusões

Os “neowilsonianos” erram ao subestimar a importância do multilateralismo cooperativo. Num mundo unimultipolar, desprezar a cooperação internacional só pode trazer resultados indesejados. A democracia implica autodeterminação dos povos, e não a sua imposição, quer seja por forças externas ou internas. A própria expressão “imperialismo democrático”, termo cunhado pelos neoconservadores, nega a essência da democracia.

Considerando que a democracia só pode prosperar num ambiente com a cultura para tanto, não se nega a possibilidade de forças externas auxiliarem um país a construir uma democracia. No pós-guerra, por exemplo, a Alemanha e a Itália receberam auxílio dos Estados Unidos, e se tornaram países democráticos. Nesses países, porém, existiram condições para que um regime democrático pudesse ser implementado. Não houve imposição, houve cooperação de países com culturais ocidentais maduros para instalar e vivenciar um regime democrático.

No Iraque, e em muitos países islâmicos, ao contrário, as tradições, culturas, valores e histórias não permitem que o regime seja democrático, com ou sem o “auxílio”, ou imposição, de forças externas. Não considerar esse aspecto é garantir o insucesso da missão americana de democratizar o Iraque e de criar um efeito dominó naquela região.

Os Estados Unidos precisam aprender que nem todos seus valores, por mais nobres que sejam, são desejados pelos outros. A universalização de valores americanos simplesmente não é possível, e se os Estados Unidos desejam manter e aumentar a sua hegemonia, precisam entender e aceitar

esse fato. A democracia não pode ser imposta, como a situação atual no Iraque demonstra tão claramente.

Diante da situação no Iraque, é possível afirmar que a missão americana naquele país fracassou. Eventualmente as tropas americanas retornarão para os Estados Unidos, sem a implementação da democracia no Iraque.

7. Referências

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI N. e PASQUINI, G. **Dicionário de Política**. Brasília, Ed. UnB, 1983.

_____. **As Ideologias e o Poder em Crise**, Brasília, Ed. UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, São Paulo, SP, Ed. Malheiros, 2003.

CAMBUSES, Manuel Júnior. **Israel e a Administração Bush**. www.mre.gov.br/portugues/noticiario/selecao-detalle.asp?ID_RESEN

CARDOSO, Fernando Henrique. http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/03/050308_fernandohenriquebg.sh

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**, Brasília, Ed. UnB, 2001.

D'ANGELIS, Andrei Bittencourt. **Legitimidade da democracia iraquiana**. Verbojurídico, p. 3.

FRIEDE, Reis. **Curso de Teoria Geral do Estado. Teoria Constitucional e Relações Internacionais**, São Paulo, SP, Ed. Forense Universitária, 1999.

HARDY, Alfredo Toro. **O Regime Democrático pode ser imposto?** Brasília, Diplomacia, Estratégia e Política – Abril/Junho 2005, p.178-196.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações**. Ed. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.

KISSINGER, Henry. **Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century**. New York, NY, Simon and Schuster, 2001.

LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Lumen Juris, 2000.

MANDELBAUM, Michael. **The Ideas that Conquered the World**. New York, NY, Public Affairs, 2003, p. 253-254.

O Impossível Mundo Unipolar. <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/reflexao3/pg31.html>.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. Ed. Saraiva, 2007, São Paulo, SP, p. 224-225.

WEBER, Max. **Ciências e Política – duas vocações**, São Paulo: Cultrix, 1967.

ZAKARIA, Fareed. **Newsweek, International Edition**, June 25, 2007, p. 17-20.